



PARECER PRÉVIO Nº 79/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 12942/2018.

Apensos: Processos nºs 12116/2018, 10032/2018 e 11175/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4- Exercício: 2017

5- Responsável: Denise de Farias Lima (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Jerson Santos Alvares Júnior - OAB/AM nº 17421.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5291/2022-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Itapiranga, referente ao exercício de 2017 (U.G: 312) de responsabilidade da **Sra. Denise de Farias Lima**, Prefeita Municipal de Itapiranga e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997.



PARECER PRÉVIO Nº 79/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 1 de Novembro de 2022.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 79/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 79/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 12942/2018.

Apenso: Processo nº 12116/2018, 10032/2018 e 11175/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Denise de Farias Lima (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Jerson Santos Alvares Junior - OAB/AM 17421.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5291/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2017.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

10.1.1. Ausência de envio de remessas ao sistema E-Contas (GEFIS) referente a 3 bimestres (4º, 5º e 6º) do RREO, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução 15/13 c/c a 24/13;

10.1.2 Descumprimento do prazo de publicação referente ao 3º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2017 do RREO, conforme sistema E-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC nº 101/00;

10.1.3. Ausência de envio de remessas ao sistema E-Contas (GEFIS) referente aos dois semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13;

10.1.4. Descumprimento do prazo de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal;

10.1.5. Ausência de publicação de dados fiscais no portal da



ACÓRDÃO Nº 79/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 79/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

transparência;

10.1.6. Ausência de indicação do exercício do controle social por meio do Conselho Municipal do FUNDEB;

10.1.7. Deficiência do controle de utilização de combustível na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e em Ações e Serviços Públicos de Saúde;

10.2. Determinar o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Itapiranga, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às **Contas de Gestão** mencionadas nos **itens de 01 a 34 da DICAMI, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 35 a 41** que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação deste VOTO.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos ao interessado, bem como à Câmara Municipal de Itapiranga e à Prefeitura Municipal.

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Novembro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 79/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 79/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO em 09/11/2022.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: B8C7296B-66055F-0D-F2861C48-05A04ABE